



## A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais

Nívia Barreto dos Anjos<sup>1\*</sup>, Maria Inês Amaro<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo procura dissertar a respeito da relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que englobam temas sociais. O seu objetivo geral é clarificar a relevância do paradigma transformativo nos estudos que envolvem temas sociais, principalmente nos que se referem às relações de poder e justiça social. Os objetivos específicos consistem em: 1. Apresentar a concepção teórica do paradigma transformativo por meio dos estudos de Donna Mertens; 2. Verificar a relação do paradigma transformativo com o pensamento de Paulo Freire no que se refere ao livro *Pedagogia do Oprimido*. A concepção metodológica abraçada ampara-se em revisão teórica de literatura. O desenho teórico respalda-se na ideia de que em estudos voltados ao social o paradigma transformativo é o mais apropriado na atualidade porque ele se refere às relações de justiça e poder. Nas conclusões será apresentada como proposta que este paradigma seja mais utilizado em pesquisas no Brasil e em Portugal. Entende-se que este artigo é cientificamente importante, pois pretenderá esclarecer que este paradigma na contemporaneidade poderá ser uma ferramenta que contribuirá para o enrobustecimento das pesquisas que envolvem temas sociais até porque esse paradigma defende que a pesquisa deve estar relacionada à política, confrontando a opressão social e sugerindo um plano de mudança.

**Palavras-chave:** Paradigma transformativo, Pedagogia do Oprimido, Temas sociais na contemporaneidade, Justiça social e poder.

### The relevance of the transformative paradigm in contemporary studies involving social issues

### ABSTRACT

This article aims to discuss the relevance of transformative paradigm in contemporary studies which encompass social issues. Its overall objective is to clarify the relevance of transformative paradigm in studies that involve social issues, especially those ones that refer to power relations and social justice. The specific objectives are: 1. To present the theoretical conception of transformative paradigm based on Donna Mertens's studies; 2. To check the relation between the transformative paradigm and Paulo Freire's ideas on *Pedagogy of the Oppressed*. The methodology adopted is based on a theoretical review of literature. The theoretical outline is based on the conception that the transformative paradigm is currently the most appropriate one in studies focused on the social, because it refers to relations of justice and power. In the final considerations, this article proposes this paradigm should be more used in research in Brazil and Portugal. This is considered to be a scientifically relevant work, as it will seek to demonstrate that this paradigm in contemporary times can be an instrument to strengthen research involving social issues, not least because this paradigm argues that research must be related to politics, confronting social oppression and suggesting a plan for change.

<sup>1</sup>Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Mestra em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador, especialista em Instituições Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – CEFET-BA. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4225-9868>. \*Autora correspondente: [nivia.barreto@ifbaiano.edu.br](mailto:nivia.barreto@ifbaiano.edu.br).

<sup>2</sup>Doutora em Serviço Social, pela Universidade Católica Portuguesa; mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, pelo ISCTE, e licenciada em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Professora na licenciatura, mestrado e doutoramento em Serviço Social do ISCTE-IUL e investigadora integrada do CIES (Portugal). Tem interesses de investigação nas áreas da teoria e prática do Serviço Social, da Sociedade e Tecnologia e da Exclusão Social e Trabalho. Consultora na área do planeamento social e avaliação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5737-5397>.



**Keywords:** Transformative paradigm, Pedagogy of the Oppressed, Social themes in contemporaneity, Social justice and power.

## INTRODUÇÃO

A inclinação por esta temática teve origem durante a leitura da obra de J. W. Creswell e J. D. Creswell (2021), *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*, na qual os autores afirmam que essa perspectiva surgiu nas décadas de 1980 e 1990 almejando aprofundar as questões de poder e de justiça social. Esse paradigma defende que a pesquisa deve estar relacionada à política, confrontando a opressão social e sugerindo um plano de mudança. O seu objetivo geral é clarificar a relevância do paradigma transformativo nos estudos que envolvem temas sociais, principalmente nos que se referem às relações de poder e justiça social. Por sua vez, os objetivos específicos consistem em: 1. Apresentar a concepção teórica do paradigma transformativo por meio dos estudos de Donna Mertens; 2. Verificar a importância do paradigma transformativo para as ideias de Paulo Freire sobre a Pedagogia do Oprimido.

A concepção metodológica abraçada ampara-se em revisão teórica de literatura. Ainda de acordo com o pensamento de Creswell e Creswell (2021, p. 19), “desenhos de pesquisas bons e sólidos começam com pensamentos objetivos e simples que são fáceis de ler e entender”. Para os autores, a revisão de literatura possibilita o acesso a outros estudos relacionados ao tema, preenchendo lacunas e ampliando discussões sobre o tema.

No desenvolvimento deste artigo, inicialmente serão apresentados os materiais e métodos de pesquisa e, em seguida, nos resultados e discussões, será introduzida uma revisão conceitual em relação ao paradigma transformativo com base em três livros de Donna Mertens (2005, 2009, 2018), autora citada por Creswell e Creswell (2021). Convém ressaltar que ainda não existem livros da autora californiana em língua portuguesa. A escritora traz que o paradigma transformativo está enraizado em uma agenda de direitos humanos e encontra-se refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948. Na sequência será abordada a relação deste paradigma com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, mostrando que este paradigma fornece orientação metodológica para estudiosos que trabalham com comunidades culturalmente complexas na intenção de instigar o *status quo* e propiciar a justiça social.

O recorte teórico fundamenta-se na concepção da necessidade de relacionar a pesquisa de temas sociais com a política e com as relações de poder e de justiça social.





Nas conclusões será apresentada como proposta que o paradigma transformativo seja mais utilizado em pesquisas no Brasil e em Portugal que envolvam temas sociais.

Diante do exposto, entende-se que este artigo é cientificamente importante, pois pretenderá esclarecer que este paradigma na contemporaneidade poderá ser uma ferramenta de fortalecimento das pesquisas que envolvem temas sociais até porque esse paradigma defende que a pesquisa deve estar relacionada à política, confrontando a opressão social e sugerindo um plano de mudança.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Conforme explicitado na Introdução, a metodologia adotada baseia-se em revisão teórica de literatura e parte do pressuposto de que esta técnica de pesquisa possibilita o acesso a outros estudos relacionados ao tema, preenchendo lacunas e ampliando discussões sobre o assunto.

A proposta aqui desenvolvida consiste na apresentação de um paradigma que melhor responda na atualidade as questões de investigação na área social, por ser mais completo ontologicamente, epistemologicamente, axiologicamente, e de uma forma geral, metodologicamente. Este paradigma, apesar de não tão conhecido no Brasil e em Portugal, é de extrema relevância visto que está enraizado em uma agenda de direitos humanos e encontra-se refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948. Possui uma estreita relação com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, reforçando, então, a sua importância nos estudos luso-brasileiros até porque oferece orientação metodológica para estudiosos que trabalham com comunidades culturalmente complexas no interesse de desafiar o *status quo* e promover a justiça social.

Mertens (2009) registra que o conjunto de crenças que cada pesquisador mantém com sua visão de mundo sobre a natureza da realidade (ontologia), a natureza do conhecimento (epistemologia) e a natureza ética e humana (axiologia), se reflete nas abordagens que o pesquisador escolhe para empregar na prática. Neste sentido, a autora conceitua o paradigma como uma construção metafísica associada a pressupostos filosóficos específicos (crenças básicas) que descrevem uma visão de mundo.

Neste sentido, Mertens (2009) aborda que o mundo da pesquisa está operando com vários paradigmas concorrentes: o pós-positivista, o construtivista, o transformativo e o pragmático. Sendo que cada paradigma está associado a seus próprios pressupostos filosóficos





sobre ética, realidade, relacionamentos e metodologia. Por isso, as características que definem o paradigma transformativo colocam: 1) Importância central nas vidas e experiências de comunidades que são impulsionadas para a marginalização.; 2) Análise nas relações de poder assimétricas; 3) Os resultados de investigação social são vinculados à ação.

Mertens (2009) argumenta, então, que o paradigma transformativo possui pressupostos básicos que incluem: 1) Axiologia – as escolhas éticas em pesquisa precisam incluir uma percepção de que a discriminação e a opressão são generalizadas e que os pesquisadores têm a responsabilidade moral de compreender as comunidades em que trabalham; 2) Ontologia: o pressuposto ontológico transformativo rejeita o relativismo cultural e investiga as questões de poder que levam a diferentes definições, reconhecendo que múltiplas realidades são socialmente construídas, e que é necessário identificar explicitamente os princípios relativos ao social, ao político, ao cultural, ao econômico, ao étnico, ao gênero e à deficiência que fundamentam as definições de realidades; 3) Epistemologia – o conhecimento não é absoluto nem relativo; ele é construído em um contexto de poder e privilégio com consequências ligadas a qual versão do conhecimento é privilegiada. Para conhecer a realidade de uma comunidade, é necessário estabelecer um vínculo interativo entre o pesquisador e os participantes do estudo até porque o conhecimento está social e historicamente localizado dentro de um contexto cultural complexo; 4) Metodologia: um pesquisador pode escolher métodos quantitativos, qualitativos ou mistos. No entanto, deve haver um vínculo interativo entre o pesquisador e os participantes na determinação da definição do problema; os métodos devem ser ajustados para acomodar a complexidade cultural; as questões devem ser abordadas explicitamente; e as questões de discriminação e opressão devem ser reconhecidas.

Sendo assim, Mertens (2009) esclarece que o paradigma transformativo leva o pesquisador a: 1) Reconsiderar as decisões de coleta de dados para que esteja o pesquisador mais inclinado a usar métodos mistos; 2) Conscientizar-se dos benefícios de envolver os membros da comunidade nas decisões de coleta de dados e da adequação dos métodos em relação às questões culturais envolvidas; 3) Construir confiança para obter dados válidos; 4) Fazer as modificações que forem necessárias; 5) Vincular os dados coletados a uma ação prática (ou social) de promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Mertens (2009) afirma que a dimensão política da pesquisa refere-se ao direito e à capacidade das pessoas de se manifestarem nas decisões que as afetam e que pretendem gerar conhecimento sobre elas. Afirma a importância de libertar as vozes abafadas daqueles que são reprimidos pelas estruturas de classe e pelo neocolonialismo, pela pobreza, sexismo, racismo e homofobia.





Neste sentido, Mertens (2009) explica que são gastos muitos dólares e é empreendido muito esforço em pesquisas e avaliações destinadas a investigar questões críticas na sociedade, como alfabetização, saúde mental, vícios, violência, pobreza e doenças. Todavia, as pessoas que nascem em circunstâncias associadas a uma maior probabilidade para a discriminação e opressão (devido a fatores físicos, históricos, econômicos ou outros) continuam a ter um menor acesso a recursos, como também possuem uma menor probabilidade de ter uma maior qualidade de vida (devido a motivos educacionais, ou de saúde, ou psicológico ou até mesmo a variáveis sociais).

A autora californiana explica, então, que o paradigma transformativo surgiu como resposta a indivíduos que foram marginalizados no decorrer da história e que estão encontrando um espaço para introduzir suas vozes dentro do mundo da pesquisa. Essas vozes, compartilhadas com acadêmicos que trabalham como parceiros para apoiar o aumento da justiça social e dos direitos humanos, refletem-se na mudança para crenças transformadoras na orientação de pesquisadores e avaliadores.

Nesta perspectiva, Mertens (2009) apresenta o paradigma transformativo como uma estrutura metafísica abrangente para abordar as anomalias que aparecem quando pesquisadores, avaliadores e membros da comunidade manifestam frustração por seus esforços estarem aquém da marca desejada em termos de justiça social. Neste sentido, a pesquisadora registra que é imprescindível basear a pesquisa em pressupostos que deem prioridade à promoção da justiça social e dos direitos humanos, utilizando o envolvimento da comunidade e metodologias de pesquisa que possibilitem uma maior realização da mudança social.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Anjos e Amaro (2023), em um estudo sobre a prática reflexiva e sua relação com o paradigma transformativo lembram que,

Mertens (2005) explica que o paradigma transformativo abrange teóricos críticos, pesquisadores da ação participativa, marxistas, feministas, minorias raciais e étnicas e pessoas com deficiência (os sujeitos ativos da pesquisa), entre outros. A estudiosa afirma que rejeita o rótulo “teoria crítica” para este paradigma porque a teoria crítica é apenas uma abordagem possível que se encaixa sob o guarda-chuva transformativo. O paradigma transformativo aborda diretamente a política em pesquisa ao confrontar a opressão social em qualquer nível em que ela ocorra. Conforme Mertens (2005), o paradigma transformativo surgiu por causa da insatisfação com os paradigmas e práticas de pesquisa dominantes e por causa da percepção de que grande parte da teoria sociológica e psicológica havia sido desenvolvida a partir da perspectiva masculina branca. (ANJOS; AMARO, 2023, p. 142).





Anjos e Amaro (2023) ainda acrescentam que,

Segundo os estudos realizados por Mertens (2005), embora nenhum corpo unificado de literatura seja representativo do paradigma transformativo, quatro características são comuns às diversas perspectivas nele representadas e servem para distingui-lo dos paradigmas pós-positivistas e construtivistas: 1) Dá importância central às vidas e experiências dos diversos grupos que, tradicionalmente, foram marginalizados, não limitando o estudo às experiências de vida das mulheres, mas estudando a forma como a opressão é estruturada e reproduzida. Os pesquisadores devem se concentrar em como as vidas dos grupos oprimidos são restringidas pelas ações dos opressores, individual e coletivamente, e/ou pelas estratégias que os grupos oprimidos usam para resistir, desafiar e subverter. Portanto, estudar a vida das pessoas oprimidas também significa que um estudo dos meios de dominação dos opressores deve ser incluído; 2) Analisa como e por que as desigualdades baseadas em gênero, raça ou etnia, deficiência, orientação sexual e classes socioeconômicas se refletem em relações de poder assimétricas; 3) Examina como os resultados da investigação social sobre as desigualdades estão ligados à ação política e social; 4) Utiliza uma teoria transformadora para desenvolver a teoria do programa e a abordagem de pesquisa. Uma teoria de programa é um conjunto de crenças sobre como um programa funciona ou por que um problema ocorre. Mertens (2005) ainda destaca que o paradigma transformativo enfatiza a influência de valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência na construção da realidade. Além disso, enfatiza que o que parece “real” pode ser, ao contrário, estruturas reificadas que são tidas como reais por causa de situações históricas. Assim, o que é considerado real precisa ser examinado criticamente por meio de uma crítica ideológica de seu papel na perpetuação de estruturas e políticas sociais opressivas. (ANJOS; AMARO, 2023, p. 142-143).

Por isso é essencial considerar que na concepção de Mertens (2018), o paradigma transformativo orienta o pensamento sobre as questões de desigualdades de poder, o impacto do privilégio e as consequências disso para alcançar a justiça social. E enfatiza que dentro do desenho de métodos mistos na pesquisa enraizada no ramo da Justiça Social é possível captar diferentes realidades em sua complexidade a partir das experiências vividas pelos atores. Os métodos mistos apoiam o uso de estratégias culturalmente responsivas, que são necessárias para se envolver respeitosamente com um conjunto diversificado de partes interessadas. Métodos mistos podem facilitar a capacidade de resposta a diferentes necessidades de informação de partes interessadas que detêm níveis variados de poder dentro do contexto, aumentando, assim, o possível uso de descobertas para fins transformadores. A combinação de estratégias e dados quantitativos e qualitativos oferece múltiplas oportunidades de uso de dados por diferentes partes interessadas ao longo da pesquisa. A lente transformadora na avaliação pode ser usada em combinação com várias teorias críticas, como a teoria feminista e a teoria crítica da raça, uma prática que leva a fazer diferentes tipos de perguntas sobre suportes culturais e estruturais para a discriminação sistêmica. Os entendimentos resultantes dessa abordagem fornecem subsídios para mudanças estruturais e sistêmicas que podem reduzir a discriminação e a opressão e aumentar a justiça social.







Mertens (2009) argumenta, então, que o paradigma transformativo repousa em três pontos: 1) Os desafios contínuos no mundo; 2) A necessidade de reconhecer que tratar de questões de poder, discriminação e opressão pode desempenhar um lugar essencial na correção das desigualdades; 3) Evidências de apoio de estudos referentes ao potencial de mudança social quando pesquisadores e avaliadores operam dentro dos pressupostos da paradigma transformativo.

No entendimento de Mertens (2009), o paradigma transformativo está enraizado em uma agenda de direitos humanos e encontra-se refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948. A autora salienta que embora as declarações das Nações Unidas estejam inseridas em um contexto multilateral, elas propiciam orientação para compreender uma base para um trabalho transformador tanto a nível nacional quanto internacional, até porque os direitos humanos consistem em uma questão globalmente relevante.

A autora californiana Mertens (2009) registra que a Declaração Universal da Organização das Nações Unidas possui uma linguagem que indica que todos são titulares dos direitos humanos. Mas a autora lembra que as Nações Unidas chegaram a reconhecer que sua declaração não resultou no gozo dos direitos nela contidos para todas as pessoas. Observaram que era necessária uma atenção específica para os grupos que não estavam usufruindo destes direitos em virtude da raça, deficiência, sexo, idade, posição política ou status na força de trabalho. Assim, em 1969, eles aprovaram a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; em 1975, A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência; em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; em 1990, A Convenção sobre os Direitos das Crianças e a Convenção Internacional de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias; em 2006, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. Estes documentos priorizavam garantir a dignidade da pessoa humana.

Mertens (2009) explica que o paradigma transformativo fornece um guarda-chuva metafísico com o qual é possível explorar semelhanças nas crenças básicas que fundamentam as abordagens de pesquisa e avaliação que foram rotuladas de teoria crítica, teoria feminista, teoria racial crítica, participativa, inclusiva, baseada em direitos humanos. Estende o pensamento em estratégias de investigação democráticas e responsivas. Para isto, é fundamental incluir no trabalho de pesquisa a identificação de dimensões relevantes da diversidade e de sua relação com a discriminação e opressão no mundo.





Neste sentido, Mertens (2009) comenta que um aspecto de destaque no paradigma transformativo consiste na inclusão consciente de uma ampla gama de pessoas que geralmente são excluídas da sociedade dominante. As características relevantes precisam ser cuidadosamente identificadas em cada contexto, e as dimensões da diversidade historicamente associadas à discriminação, como, por exemplo: raça, etnicidade, gênero, deficiência, classe social, religião, idade e orientação sexual.

Mertens (2009) defende que o paradigma transformativo fornece uma estrutura filosófica ao abordar estas questões e se baseia em um rico suporte acadêmico de pesquisa de métodos mistos. Sendo assim, o paradigma transformativo, enquadrado em uma perspectiva histórica, é compatível com os ensinamentos do educador Paulo Freire, que trabalhou para conscientização dos oprimidos no Brasil por meio da educação transformadora. Este paradigma fornece orientação metodológica para pesquisadores que trabalham com comunidades culturalmente complexas no interesse de desafiar o *status quo* e promover a justiça social.

No entendimento de Mertens (2009), o paradigma transformativo induz o pesquisador a fazer as seguintes perguntas: qual o papel do pesquisador em descobrir o que não foi declarado explicitamente no contexto do clima atual da pesquisa? Que perigos existem ao aplicar a conceituação da investigação científica sem considerar as dimensões da diversidade? O que está implícito no mandato de pesquisa quando aplicados a populações extremamente diversas? Quais são as implicações éticas de atribuir aleatoriamente participantes a condições de pesquisa quando outras evidências apoiam um determinado curso da ação como tendo uma probabilidade maior de eficácia? Quais são os denominadores comuns e as facetas únicas associadas a africanos, afro-americanos, latinos, feministas, pessoas com deficiência, povos indígenas e outros que foram empurrados para as margens da sociedade quando vistos em relação às forças de discriminação e de opressão?

Mertens (2009) se refere a Gilmore e Smith (2005 apud MERTENS, 2009) alegando que os autores observam que “research that does not conform to the prevailing academic genres is still at risk of being sponsored or denigrated as ‘non-academic study’” (GILMORE; SMITH, 2005 apud MERTENS, 2009, p. 15). No entanto, correr o risco de mesclar o gênero acadêmico com as convenções do pesquisado é um indício de solidariedade comunitária. Sendo assim, os pesquisadores têm muito a aprender com os pesquisados.

Interessante ressaltar que, para Mertens (2009), a necessidade da pesquisa transformativa é evidenciada pelos eventos que ocorrem na atualidade, pela literatura acadêmica e pelas vozes daqueles que vivem em um mundo que concede privilégios a alguns e nega a outros. A autora menciona que a pesquisa precisa ser um instrumento de justiça social,







por isso os pesquisadores devem se interrogar sobre questões, a exemplo: como a pesquisa deve ser conduzida como meio de interrogar o privilégio branco? Se ampliarmos a questão além da raça, como o pesquisador pode interrogar aquelas dimensões de diversidade associadas ao seu privilégio que servem para sustentar o *status quo*? Eles também precisam interrogar seus próprios motivos para trabalhar contra a discriminação e a opressão.

Nesta perspectiva, Mertens (2009) apresenta novos questionamentos: como descolonizar a pesquisa para que ela nos sirva melhor? Como criarmos espaços de pesquisa que permitam que nossas histórias sejam contadas e ouvidas? Como usamos a pesquisa para desestabilizar a estrutura de poder? Para a autora, tais questões, juntamente com a reflexão crítica, servem como catalisadores para a produção de pesquisas com potencial transformativo.

Mertens (2009) do mesmo modo registra que as associações profissionais nas ciências humanas têm uma longa história de desenvolvimento de códigos éticos para orientar pesquisas e estudos que envolvem participantes humanos. Nos Estados Unidos, a Comissão Nacional para a Proteção de Seres Humanos de Pesquisa Biomédica e Comportamental (1979) publicou o Relatório Belmont, que fornece orientação para conselhos de revisão. Neste, os três princípios éticos utilizados incluem: 1) Beneficência: maximizar bons resultados para a ciência, a humanidade e os participantes individuais da pesquisa e minimizar ou evitar riscos, danos ou erros desnecessários; 2) Respeito: tratar as pessoas com respeito e cortesia, inclusive aquelas que não são autônomas; 3) Justiça: garantir que aqueles que assumem o risco da pesquisa são os que dela se beneficiam; assegurar que os procedimentos sejam razoáveis, não explorativos, cuidadosamente considerados e administrados de forma justa.

Na concepção de Mertens (2009), o paradigma transformativo está enraizado em questões de diversidade, privilégio e poder; reconhecer a intersecção de dimensões relevantes da diversidade é um foco central. E a autora alerta que a competência cultural é uma disposição necessária ao trabalhar dentro do paradigma transformativo para descobrir e responder às dimensões relevantes da diversidade.

Para Mertens (2009), o propósito do paradigma transformativo é modificar a sociedade na perspectiva de mudança social libertadora para pessoas oprimidas. A autora indica que a redistribuição do poder não é apreciada pelos que estão no poder e pode ser confusa para pessoas atualmente sem poder. O papel do pesquisador nesse paradigma é compartilhar informações de uma forma que empodere aqueles que são oprimidos, incluir sugestões, orientações e ferramentas para ajudar as pessoas oprimidas a usar as informações de forma pró-ativa, bem como para ajudar as pessoas que estão no poder a distribuir com segurança seu próprio poder.





Seguindo esta perspectiva, Mertens (2009) explica que a dimensão política da pesquisa afirma o direito e a capacidade das pessoas de se manifestarem nas decisões que as afetam e que pretendem gerar conhecimento, possibilitando a libertação das vozes abafadas dos reprimidos pelas estruturas de classe e pelo neocolonialismo, pela pobreza, sexismo, racismo e homofobia. Aqui, a “Pedagogia dos Oprimidos”, de Paulo Freire merece destaque.

Paulo Freire (1987) defende uma metodologia que exige que a investigação se faça de uma forma que os pesquisadores e os homens do povo (que aparentemente seriam um objeto) sejam ambos sujeitos. Também porque, para ele, a investigação não pode ser limitada a um ato mecânico, pois é um processo de procura, de conhecimento, de fabricação, que requer que seus sujeitos se descubram na conexão dos termos significativos e na interpretação dos problemas.

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (FREIRE, 1987, p. 64-65).

Paulo Freire (1987), no livro *Pedagogia do Oprimido*, questiona: “quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para defender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão?” (FREIRE, 1987, p. 20). O estudioso compreende como Pedagogia do Oprimido – a que tem que ser forjada com o oprimido e não para ele, na luta sem cessar pela recuperação da sua humanidade. Pedagogia que torne a opressão e suas causas um objeto da reflexão dos oprimidos na luta por sua libertação – lembrando que a liberdade é uma conquista e que requer constante busca.

Todavia, Freire (1987) traz que os oprimidos acabam se acomodando e se adaptando, nos próprios dispositivos da estrutura dominante, e terminam temendo a liberdade “enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la” (FREIRE, 1987, p. 22). Sendo assim, a “libertação por isso, é um parto. É um parto doloroso” (FREIRE, 1987, p. 23).

Freire e Shor (1986) apontam que “os que aceitam a tarefa da transformação social têm um sonho, embora também tenham grande quantidade de obstáculos pela frente” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 107). Para os autores, a mudança social se realizará através da oposição organizada contra as estruturas políticas e econômicas. “Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social [...]. As estruturas da sociedade – assim como o modo capitalista de produção – têm de ser mudados, para que se possa transformar a realidade” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 106).





Paulo Freire se identifica como um educador apaixonado e aponta que

Assim, a educação é, simultaneamente, uma determinada teoria do conhecimento posta em prática, um ato político e um ato estético. Essas três dimensões estão sempre juntas – momentos simultâneos da teoria e da prática, da arte e da política, o ato de conhecer a um só tempo criando e recriando (FREIRE; SHOR, 1986, p. 76).

Conforme o pensamento de Pimentel (2009), na década de 1990, ao tematizar a práxis educativa libertadora, Paulo Freire toma por base três dimensões inseparáveis, “que integram a conscientização enquanto um processo de (trans)formação permanente: a dimensão política, a dimensão epistemológica e a dimensão estética” (PIMENTEL, 2009, p. 62).

Pimentel (2009) anuncia que a Pedagogia do Oprimido, que foi escrita em 1968, período em que Freire fazia exílio no Chile, expressa a opressão do povo brasileiro. Esta obra foi anunciada primeiramente de forma verbal e só posteriormente tomou o formato escrito, tendo por base três questões: 1) Os estímulos que Freire recebeu dos amigos novos ou dos reencontrados no exílio; 2) O espaço político, social e educativo muito dinâmico no Chile que era desafiante naquela época, e 3) O resultado positivo do trabalho de Paulo Freire como coadjuvante na reestruturação da educação do Chile.

Os temas suscitados pela Pedagogia do oprimido permaneceram como núcleo de debates sociais e educacionais: criticados pelos da direita, aprovados pelos da esquerda, mas ainda muito atuais nestes 40 anos seguintes à 1ª edição do livro. Em momento algum deixou de representar um **legado político** de conscientização e mobilização, mesmo durante o governo militar, quando sua leitura se dava à surdina e em círculos fechados (PIMENTEL, 2009, p. 55) (grifo nosso).

De acordo com os estudos de Pimentel (2009), durante toda a sua vida, Freire nunca se distanciou de sua utopia sociopolítica. Sua pedagogia pode ser resumida em quatro ideias: 1) Antes de construir o futuro é preciso sonhar com esse futuro, por isso não se pode dobrar ao neoliberalismo que é extremamente negador de mudanças; 2) A pedagogia é um guia para a construção deste sonho; 3) A pedagogia projeta primeiramente o futuro (a utopia), só depois é que ela se dobra para o presente e para o futuro; 4) A pedagogia freireana é dialógico-dialética. Não é mecânica. Ela continua válida, mas não pode excluir a subjetividade. Por isso, não é possível compreender o pensamento freireano “deslocado de um **projeto** social e **político**, da afirmação da incompletude do homem e de seu poder transformador” (PIMENTEL, 2009, p. 57) (grifo nosso).

Conforme Oliveira e Sá (2018), é possível fazer uma leitura ampliada e contemporânea da obra de Paulo Freire identificando seu potencial emancipatório, político e epistemológico.





Neste livro é visível o reconhecimento de conhecimentos libertadores que cooperam para a tessitura de práticas democráticas e justas. “Isso, apesar da força do pensamento hegemônico, que opera se mantendo indiferente a, desqualificando e rejeitando essa forma de pesquisar e a produção de tais conhecimentos, manifestando-se de forma opressora” (OLIVEIRA; SÁ, 2018, p. 1271).

Neste sentido, Oliveira e Sá (2018) acreditam que o livro de Paulo Freire é direcionado a um grupo de pessoas e instituições sensíveis a mudanças, isto porque o pensamento freireano recai na esperança de transformar o mundo, da libertação dos homens das subordinações sociais, políticas, econômicas e até mesmo epistemológicas.

E dentro da libertação destas sujeições sociais, políticas, econômicas e epistemológicas, o paradigma transformativo faz uma ponte com as ideias de Paulo Freire, tentando responder aos questionamentos referentes às questões políticas que envolvem as pesquisas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 27).

Este artigo procurou dissertar que o paradigma transformativo é na contemporaneidade o mais indicado para estudos de temas relacionados ao social, pois trabalha questões de poder e de justiça social. Ainda apresentou a relação deste paradigma com as ideias de Paulo Freire, isto porque o processo de permanente libertação do homem está imbuído nas duas teorias.

Traz-se como proposta que o paradigma transformativo seja mais utilizado em pesquisas que envolvam temas sociais no Brasil e em Portugal. Sabe-se que a grande dificuldade atual é a inexistência, até o momento, de obras traduzidas para a língua portuguesa que difundam este paradigma de forma mais conceitual e abrangente.

Mas, como foi exposto, se este paradigma se fixa em três argumentos que são essenciais na contemporaneidade – 1) Os desafios contínuos no mundo; 2) A necessidade de reconhecer que tratar de questões de poder, discriminação e opressão pode desempenhar um lugar essencial na correção das desigualdades; 3) Evidências de apoio de estudos referentes ao potencial de mudança social – então ele precisa ser mais conhecido e trabalhado nas pesquisas sociais, em especial nas pesquisas realizados por estudiosos das Ciências Sociais no Brasil e em Portugal,





até porque ele está enraizado em uma agenda de direitos humanos e encontra-se refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948.

Diante do exposto, os pesquisadores sociais precisam se apropriar do paradigma transformativo (que vai além de crítico) na atualidade, pois ele fixa o pensar em relação às questões de desigualdade de poder, na busca de uma sociedade na qual a permanente libertação do homem seja uma procura cotidiana, constante e incansável.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Nivia Barreto dos; AMARO, Maria Inês. A interface entre a prática reflexiva do Serviço Social e a dimensão política da profissão. In: CAVALCANTI, Soraya Araújo U. (Org) **Ciências Sociais Aplicadas: Estado, organização e desenvolvimento regional** (v.04) . Ponta Grossa – PR: Atena, 2023. (pp. 137-148). DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.908232402>.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MERTENS, Donna M. An Introduction to Research. In: MERTENS, Donna M. **Research and Evaluation in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative, Qualitative and Mixed Methods**. 2. ed. California: Sage Publications, 2005. (p. 01-42).
- MERTENS, Donna M. **Transformative Research and Evaluation**. New York; London: The Guilford Press, 2009.
- MERTENS, Donna. M. **Mixed Methods Design in Evaluation**. California: Sage Publications, 2018.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SÁ, Luiz Carlos de. Princípios da Pedagogia do Oprimido na Pesquisa nos/dos/com os cotidianos: narrativas docentes e dialogia na identificação e promoção de práticas pedagógicas emancipatórias. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 03, p. 1268-1287, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i4p1268-1287>.
- PIMENTEL, Maria Aparecida Macedo A Pedagogia do Oprimido: uma proposta pedagógica atual? Ou utopia do passado? A educação como prática da liberdade. **Scientia FAER**, Olimpia-SP, ano 01, v. 01, p. 54-64, 2009. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170802101742.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.







Informações do Artigo	Article Information
<p><b>Recebido em:</b> 23/02/2023  <b>Aceito em:</b> 27/04/2023  <b>Publicado em:</b> 02/05/2023</p>	<p><b>Received on:</b> 02/23/2023  <b>Accepted in:</b> 04/27/2023  <b>Published on:</b> 05/02/2023</p>
<p><b>Contribuições de Autoria</b>  <u>Resumo:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Introdução:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Referencial teórico:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Análise de dados:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Discussão dos resultados:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Conclusão:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Referências:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Revisão do manuscrito:</u> Dayane Nascimento Sobreira  <u>Aprovação da versão final publicada:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro</p>	<p><b>Author Contributions</b>  <u>Abstract:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Introduction:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Theoretical Reference:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Data analysis:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Discussion of results:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Conclusion:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>References:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro  <u>Manuscript review:</u> Dayane Nascimento Sobreira  <u>Approval of the final published version:</u> Nívia Barreto dos Anjos; Maria Inês Amaro</p>
<p><b>Conflitos de Interesse</b>  Declarar não haver nenhum conflito de interesse.  Texto sugestivo: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.</p>	<p><b>Interest conflicts</b>  Declare that there is no conflict of interest.  Suggestive text: The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.</p>
<p><b>Como Citar este artigo - ABNT</b>  ANJOS, Nívia Barreto dos; AMARO, Maria Inês. A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais. <b>Revista Macambira</b>, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071002, jan./dez., 2023.  <a href="https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.847">https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.847</a></p>	<p><b>How to cite this article - ABNT</b>  ANJOS, Nívia Barreto dos; AMARO, Maria Inês. The relevance of the transformative paradigm in contemporary studies involving social issues. <b>Revista Macambira</b>, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071002, jan./dez., 2023.  <a href="https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.847">https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.847</a></p>
<p><b>Licença de Uso</b>  A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.</p>	<p><b>Use license</b>  The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any medium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.</p>